

Carlos Henrique Soares

curso de
TEORIA GERAL DO
PROCESSO
Civil



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Carlos Henrique Soares.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

SOARES, Carlos Henrique. Curso de teoria geral do processo civil -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. 620 p. ISBN: 978-65-80444-58-8 1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título. CDD341.46 CDU347	
---	--

115-626^o



Sumário

1. Direito e Processo	15
1.1. Direito material e direito Processual.....	15
1.2. Teoria geral do processo civil.....	16
1.3. Estado democrático de Direito.....	17
2. Fontes do direito processual	21
2.1. Lei processual.....	21
2.2. Costumes, doutrina e jurisprudência.....	21
2.3. Súmula.....	22
2.4. Precedentes judiciais.....	24
3. Técnicas de resolução de conflitos	27
3.1. Autotutela.....	27
3.2. Autocomposição (conciliação).....	28
3.3. Heterocomposição (mediação).....	29
3.3.1. Conciliação e mediação na legislação processual brasileira.....	30
3.4. Heterocomposição (Arbitragem).....	35
3.4.1. Arbitragem na legislação processual brasileira.....	36
3.5. Jurisdição.....	46
3.6. Processo.....	49
4. Teorias do processo	51
4.1. Teoria do processo como contrato.....	51
4.2. Teoria do processo como quase-contrato.....	52
4.3. Teoria do processo como relação jurídica.....	52
4.4. Teoria do processo como situação jurídica.....	57

4.5. Teoria do processo como instituição	59
4.6. Teoria do processo como procedimento em contraditório	60
4.7. Teoria do processo constitucional	62
4.8. Teoria neoinstitucionalista do processo	64
5. Normas fundamentais do processo civil	67
5.1. Estado democrático de direito e processo	67
5.2. Acesso à jurisdição	71
5.3. Inercia procedimental e jurisdicional	76
5.4. Métodos alternativos de resolução de conflitos	77
5.5. Duração razoável do processo	78
5.6. Primazia da decisão de mérito	84
5.7. Lealdade processual	85
5.8. Contraditório	88
5.9. Ampla defesa	91
5.10. Isonomia	93
5.11. Devido processo legal	94
5.12. Cooperação processual	95
5.13. Fundamentações das decisões jurisdicionais	97
5.14. Ponderação nas decisões judiciais	100
5.15. Publicidade	101
5.16. Influência e vedação de decisão-surpresa	101
5.17. Duplo grau de jurisdição	103
5.18. Ordem cronológica de julgamento	107
5.19. Oralidade	108
5.20. Informalismo	108
6. Ativismo judicial	111
7. Garantismo processual	115
8. Norma processual	121
8.1. Conceito	121
8.2. Lei processual no tempo	122
8.3. Lei processual no espaço	122
8.4. Interpretação da lei processual	122

9. Ação e direito-de-ação	125
9.1. Teoria imanentista ou civilista da ação	127
9.2. Teoria da ação como direito autônomo	128
9.3. Teoria da ação como direito concreto	128
9.4. Teoria da ação como direito abstrato	129
9.5. Teoria da ação como direito potestativo	129
9.6. Teoria do direito de ação de Fazzalari	130
9.7. Teoria eclética da ação de Liebman	130
9.8. Teoria da ação como procedimento	131
9.9. Direito constitucional ao direito-de-ação	132
9.10. Elementos configurativos do procedimento (ação)	134
9.11. Elementos estruturais do procedimento (ação)	135
9.11.1. Matéria de processo (pressupostos processuais)	135
9.12. Matéria de ação (condições da ação)	138
9.13. Matéria de mérito	141
9.14. Convalidação e não convalidação das matérias de processo e de ação	142
10. Jurisdição	143
10.1. Juiz	143
10.2. Normas constitucionais jurisdicionais	144
10.3. Requisitos para o exercício da atividade jurisdicional	147
10.4. Garantias constitucionais para o exercício da jurisdição	149
10.5. Atividades incompatíveis com a função jurisdicional	150
10.6. Deveres do juiz	151
10.7. Funções jurisdicionais	153
10.8. Pronunciamentos jurisdicionais	157
10.9. Responsabilidade em razão da atividade jurisdicional	159
10.10. Impedimento e suspeição do juiz	160
11. Competência	169
11.1. Conceito	169
11.2. Limites da jurisdição brasileira	170
11.3. Cooperação nacional e internacional	172
11.4. Competência interna	176
11.5. Modificação da competência	189
11.6. Incompetência do juízo	192
11.7. Conflito de competência	193

12. Sujeitos processuais	197
12.1. Juiz.....	197
12.2. Partes.....	199
12.2.1. Conceito de partes.....	199
12.2.2. Capacidade para ser parte.....	201
12.2.3. Representação e assistência da parte.....	201
12.2.4. Legitimidade e interesse.....	206
12.2.5. Direitos e deveres das partes.....	207
12.2.6. Responsabilidade processual e litigância de má-fé.....	211
12.2.7. Sucessão das partes.....	214
12.2.8. Gratuidade de Justiça.....	216
12.2.9. Litisconsórcio.....	224
12.3. Advogados.....	231
12.3.1. Breves considerações.....	231
12.3.2. Procuração.....	240
12.3.3. Capacidade postulatória.....	242
12.3.4. Direitos e deveres do advogado.....	245
12.3.5. Sucessão dos procuradores.....	248
12.3.6. Defensoria Pública.....	250
12.4. Ministério Público.....	255
12.5. Terceiros e hipóteses de intervenção.....	264
12.5.1. Assistência.....	265
12.5.2. Denúnciação da lide.....	270
12.5.3. Chamamento ao processo.....	274
12.5.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	276
12.5.5. <i>Amicus Curiae</i>	282
12.6. Auxiliares do juízo.....	285
12.6.1. Escrivão ou chefe de secretária.....	285
12.6.2. Oficial de justiça.....	286
12.6.3. Perito.....	287
12.6.4. Depositário e administrador.....	288
12.6.5. Intérprete ou tradutor.....	289
12.6.6. Conciliadores e mediadores.....	289
13. Atos Processuais	295
13.1. Informalismo dos atos processuais.....	296
13.2. Publicidade dos atos processuais.....	297

13.3. Uso obrigatório do vernáculo	298
13.4. Convenções processuais.....	299
13.5. Meios de expressão dos atos processuais.....	302
13.6. Prática eletrônica dos atos processuais.....	303
13.7. Atos das partes.....	308
13.8. Atos do juiz.....	309
13.9. Atos dos auxiliares do juízo.....	310
13.10. Tempo e lugar dos atos processuais.....	312
13.11. Prazos.....	314
13.12. Comunicação dos atos processuais.....	322
13.13. Nulidades processuais.....	325
14. Processo de conhecimento.....	329
14.1. Procedimento comum e procedimentos especiais.....	329
14.2. Escolha do procedimento.....	335
14.3. Formação, suspensão e resolução do procedimento.....	335
14.3.1. Formação do procedimento.....	336
14.3.2. Suspensão do procedimento.....	339
14.3.3. Resolução do procedimento.....	347
14.3.3.1. Extinção do procedimento com a resolução do mérito.....	348
14.3.3.2. Extinção do procedimento sem a resolução do mérito.....	351
14.4. Primazia da decisão de mérito.....	359
15. Fase postulatória.....	363
15.1. Petição inicial.....	363
15.1.1. Deferimento da petição inicial.....	371
15.1.2. Emenda da petição inicial.....	372
15.1.3. Indeferimento da petição inicial.....	372
15.1.4. Julgamento liminar de improcedência.....	373
15.2. Tutelas provisórias.....	376
15.2.1. Conceito.....	376
15.2.2. Espécies de tutelas provisórias.....	377
15.2.3. Requisitos para a concessão das tutelas provisórias.....	379
15.2.4. Tutela provisória liminar.....	380

15.2.5. Momentos para se requerer a tutela provisória de urgência.....	381
15.2.6. Poder geral de cautela.....	383
15.2.7. Características das tutelas provisórias.....	384
15.2.8. Cumprimento das as tutelas provisórias.....	385
15.2.9. Fundamentação das decisões em tutelas provisórias.....	387
15.2.10. Legitimidade para as tutelas provisórias.....	388
15.2.11. Competência.....	389
15.2.12. Tutela provisória de urgência.....	389
15.2.13. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	393
15.2.14. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	397
15.2.15. Tutela provisória da evidência.....	400
15.2.15.1. Breves considerações.....	400
15.2.15.2. Características da tutela da evidência.....	402
15.2.15.3. Hipóteses legais para deferimento da tutela da evidência.....	403
15.3. Citação e intimações.....	405
15.4. Audiência de conciliação ou de mediação.....	413
15.5. Respostas do réu.....	419
15.5.1. Reconhecimento da procedência do pedido.....	421
15.5.2. Requerimento para limitação do litisconsórcio facultativo.....	421
15.5.3. Contestação.....	422
15.5.4. Reconvencão.....	438
15.5.5. Arguição de impedimento ou suspeição do juiz.....	441
15.6. Revelia.....	444
15.7. Atividades judiciais após a manifestação do réu (providências preliminares).....	448
15.8. Julgamento conforme o estado do processo.....	450

16. Fase do saneamento e da organização do processo..... 455

17. Fase probatória..... 465

17.1. Conceito de prova..... 465

17.2. Valoração e valorização da prova	466
17.3. Evolução dos sistemas de provas	467
17.4. Verdade formal e verdade real	467
17.5. Verdade, prova e processo constitucional	470
17.6. Meios de prova e objeto de prova	472
17.7. Regras processuais sobre a prova	473
17.8. Fases lógicas do procedimento da prova	476
17.9. Prova emprestada	477
17.10. Ônus de prova	478
17.11. Fatos que independem de prova	479
17.12. Interpretação dos elementos de prova	480
17.13. Destinatário da prova	482
17.14. Prova da existência de legislação	482
17.15. Produção de prova por carta precatória, rogatória ou auxílio direito	483
17.16. Dever de colaboração	484
17.17. Momento de produção de prova	484
17.18. Produção antecipada de prova	484
17.19. Ata Notarial	490
17.20. Provas em espécie	491
17.20.1. Depoimento pessoal	491
17.20.2. Confissão	494
17.20.3. Exibição de documento ou coisa	497
17.20.4. Prova documental	500
17.20.5. Prova testemunhal	521
17.20.6. Prova pericial	536
17.20.7. Inspeção judicial	546
18. Audiências	549
18.1. Audiência de conciliação e mediação	550
18.2. Audiência de justificação	550
18.3. Audiência de saneamento e organização do processo	551
18.4. Audiência de instrução e julgamento	551
19. Fase decisória	559
19.1. Conceito de sentença	559
19.2. Classificação das sentenças	562

19.3. Elementos essenciais da sentença.....	564
19.4. Sentença terminativa.....	564
19.5. Sentença definitiva.....	567
19.6. Primazia da sentença de mérito.....	569
19.7. Fundamentação das decisões judiciais.....	570
19.8. Ponderação nas decisões judiciais.....	574
19.9. Sentença líquida e ilíquida.....	575
19.10. Sentença e pedido.....	575
19.11. Sentença e publicidade.....	576
19.12. Sentença e hipoteca judiciária.....	576
19.13. Sentença e duplo grau de jurisdição obrigatório.....	577
19.14. Sentença cominatórias.....	578
19.15. Sentença com emissão de declaração de vontade.....	580
20. Preclusão e coisa julgada.....	581
20.1. Preclusão.....	581
20.2. Coisa Julgada.....	582
20.3. Limites objetivos da coisa julgada.....	601
20.4. Limites subjetivos da coisa julgada.....	602
20.5. Efeito preclusivo da decisão.....	602
20.6. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	602
20.7. Não fazem coisa julgada.....	603
Referência bibliográficas.....	605